



19177829



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

**Memória de Reunião**  
Comitê de Governança Estratégica - CGE

<b>DATA:</b> 28/07/2022	
<b>LOCAL:</b> Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>ÓRGÃO</b>
Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva	GM
Antônio Ramirez Lorenzo	SE
Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
David de Lima Freitas	SPO
Rogério Xavier Rocha	SAA
Rodrigo Lange	DTIC
Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
Lucas Alves de Lima Barros de Góes	AFEPAR
Rodrigo Barros	AEAL
Lauro de Castro Beltrão Filho	ASINT
Giselli dos Santos	CONJUR
Ana Cristina Melo Santiago	SEGEN
Bruno Andrade Costa	SENAJUS
Rodrigo Henrique Roca Pires	SENACON
Giovanni Magliano Jr.	SENADE
Carlos Renato Machado Paim	SENASP

Alfredo de Souza Lima Coelho Carrijo	SEOPI
Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
Caio R. Pellim	PF
Silvinei Vasques	PRF
Paulo Eduardo Silva de Oliveira	CADE
Ricardo Borda D'agua de Almeida Braga	AN
Rodrigo de S. Alves	FUNAI
Felipe Uchoa dos Santos	OUV
Alexandre Futuro	GM
Marcelo Moreno	SENASP
Marília Ferreira de Alencar	SEOPI
Marinho Rezende	PF
Fernando de S. Oliveira	SEOPI

**PAUTA:**

1. Abertura;
2. Considerações iniciais e pauta da reunião;
3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: SENASP, PRF e SEOPI;
4. Informe SPO/SE;
5. Informe DTIC/SE;
6. Informe AECl;
7. Informe SEA; e
8. Encaminhamentos.

**DELIBERAÇÕES**

1. O Secretário-Executivo, Sr. Antonio Ramirez Lorenzo, abriu a reunião agradecendo a presença de todos os titulares e em seguida apresentou a pauta a ser discutida, passando a palavra para a titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, para dar início à apresentação do Monitoramento do Planejamento Estratégico.
2. Cumprimentando a todos, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Sr. Carlos Renato Paim, solicitou ao Diretor de Políticas de Segurança Pública, Sr. Marcelo Moreno, que procedesse com a apresentação do projeto estratégico concluído “Em Frente Brasil”. Por ter se tratado de um piloto, o objetivo geral consistiu na experimentação da metodologia concebida para redução da criminalidade violenta, especialmente dos homicídios. O piloto abrangeu cinco municípios, um em cada macrorregião do país, quais sejam: Ananindeua (PA), Cariacica (ES), Goiânia (GO), Paulista (PE) e São José dos Pinhais (PR). Destacou como principais entregas: i) elaboração de um Diagnóstico Local de Segurança para cada município piloto; ii) elaboração de um Plano Local de

Segurança para cada município piloto; iii) elaboração de um Plano Estratégico de Atuação Integrada para a gestão da Fase 1 do piloto; e iv) concepção de um programa nacional com possibilidade de ser implementado em escala nacional. Relacionado ao indicador estratégico “Número de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta”, explicou que este envolve 3 etapas: i) elaboração automatizada e inteligente diagnóstico municipal de segurança pública com base em 111 indicadores de bases públicas oficiais; ii) elaboração Plano Municipal de Segurança Pública contendo objetivos, metas, ações e entregas estratégicas com base nos *insights* do diagnóstico; e iii) Sistema de Governança, Monitoramento e Avaliação para o monitoramento e avaliação dos objetivos, metas e ações do Plano. O indicador tem relação direta com o Programa CidadeSusp, que objetiva transferir aos municípios as competências e capacidades técnicas necessárias para atuação como integrantes estratégicos do Sistema Único de Segurança Pública – Susp. Tendo como meta 60 municípios até 2023 (45 municípios até o ano de 2022), o indicador obteve até o momento o resultado de 5 municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta. O Sr. Marcelo Moreno registrou, no entanto, que a formalização da adesão e a implementação da metodologia em 20 municípios prioritários tem previsão para ocorrer até o final de 2022, com o apoio e supervisão de pontos focais do MJSP.

3. Em seguida, o Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal – PRF, Sr. Silvinei Vasques, apresentou o projeto estratégico “Multiagências”, cujo objetivo é compartilhar sistemas em forma de serviço (SaaS) para auxiliar instituições a registrar e acompanhar suas ocorrências, bem como integrar, estruturar, analisar e disponibilizar dados de forma rápida e segura para os diversos atores do programa. A execução do projeto envolve as etapas de mapeamento, articulação, adequação dos sistemas e a sua implantação. O diretor mencionou que, além da necessidade de aumentar a quantidade de sistemas e dados compartilhados, a PRF enfrenta como desafios, para o bom andamento da iniciativa, a necessidade de melhoria da divulgação dos produtos junto aos parceiros, a integração dos dados institucionais (*data lake*) e a padronização e automatização dos processos de integração. Quanto ao indicador estratégico “Quantidade de operações com foco no enfrentamento à criminalidade”, com meta estabelecida de 12.563 operações até 2023 (8.897 até 2022), informou que já foram realizadas 13.030 operações até o momento, 4.566 só no exercício de 2022. O Sr. Silvinei Vasques informou que as operações estão localizadas, predominantemente, nas áreas críticas de acidentalidade e de criminalidade do país. No âmbito de tais operações, destacou que apreensões de cocaína, maconha e cigarro, entre os anos de 2020 e 2022, representaram expressivos prejuízos financeiros às organizações criminosas.
4. Encerrando o monitoramento do planejamento estratégico, o Sr. Alfredo de Souza Carrijo, titular à frente da Secretaria de Operações Integradas – Seopi, solicitou à Sra. Marília Ferreira de Alencar, Diretora de Inteligência da unidade, que procedesse com a exposição sobre o projeto estratégico “Rede de Centros Integrados de Inteligência – Guardião do Brasil”, com 41,35% concluído. A Rede CIISP tem como objetivos integrar e fortalecer as agências integrantes do Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP com a constituição de uma rede composta por 1 Centro Nacional e 5 Centros Regionais, alocados nas respectivas regiões geográficas do país, que a partir da construção de um modelo eficiente na produção de conhecimento integrado e sistemático visa assessorar decisores e antecipar cenários de interesse da segurança pública nas esferas nacional e estaduais. O Centro Nacional está situado em Brasília (DF), enquanto os Centros Regionais se localizam em Manaus (AM), Fortaleza (CE), Campo Grande (MS), São Paulo (SP) e Curitiba (PR). Atualmente, a Rede é composta por órgãos das 27 UFs, 102 profissionais e 387 sistemas disponíveis (36 tipos de sistemas), tendo uma média mensal de 201 documentos produzidos e 980 difundidos. Já relacionado ao indicador estratégico “Quantidade de operações planejadas e coordenadas”, o Diretor de Operações, Sr. Fernando de Souza Oliveira, apresentou sua execução com resultado de 94 operações integradas realizadas até o momento entre os anos de 2020 e 2022, tendo como meta 110 operações integradas até 2023. Enfatizou as principais operações realizadas pela Secretaria e alguns dados envolvidos nas 94 operações: 77.488 pessoas presas; 12.929 mandados de prisão; 135.384 medidas protetivas de urgência; 4.670 menores apreendidos, dentre outros.

5. O Secretário-Executivo elogiou a atuação dos órgãos de segurança pública do MJSP, em especial a articulação e integração que vêm possibilitando o alcance de melhores resultados. Na sequência, passou a palavra ao Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, que apresentou o *ranking* de execução orçamentária, com destaque para o Arquivo Nacional – AN, Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade e Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon. O Subsecretário informou também sobre bloqueio do orçamento para determinadas despesas do orçamento e as unidades impactadas pela restrição em cada um dos resultados primários – RPs, bem como chamou atenção para o bloqueio de empenhos em restos a pagar, seus montantes e unidades envolvidas. Logo após, o Sr. David Freitas comunicou sobre a publicação do Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, orientando aos titulares sobre como as unidades deverão proceder com relação às nomeações ou designações. De acordo com portaria de detalhamento de cargos e funções, já validada pelo Gabinete do Ministro – GM, não será possível a realização de novos ajustes. Além disso, informou que os processos de “De/Para” (planilhas contendo o antes e depois da estrutura onde são indicados os titulares e substitutos dos cargos e funções) já foram encaminhados às áreas, e solicitou o esforço de todos no cumprimento das datas pactuadas para retorno em razão do exíguo prazo para os trâmites que envolvem as nomeações, designações ou apostilamentos dos cargos e funções. Ressaltou que não haverá nomeação ou designação fora do referido processo a partir de 01 de agosto de 2022. Por fim, o Subsecretário comunicou acerca da Auditoria do Tribunal de Contas da União – TCU, a ser realizada em diversos órgãos, incluindo o MJSP, com o objetivo de avaliar os programas federais destinados à defesa e promoção de pessoas gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis (LGBTQIA+). A determinação encontra-se registrada no Acórdão 1519/2022–TCU–Plenário.
6. Dando continuidade à pauta, o Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações, Sr. Rodrigo Lange, repassou informações sobre a “Norma de Segurança da Informação e Comunicação para o teletrabalho, trabalho remoto e acessos externos no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP”, cuja minuta com conteúdo foi disponibilizado previamente aos titulares para apreciação. A norma complementa a Política de Segurança da Informação e Comunicação, com a finalidade de definir condições e requisitos de segurança de teletrabalho, acesso remoto e utilização de dispositivos próprios, com regras para o controle de acesso externo às aplicações, aos serviços de rede e aos sistemas e recursos de tecnologia da informação do Ministério. Sua aplicabilidade se dará a todos os acessos realizados de fora da rede do MJSP. Esclareceu também que a minuta do normativo foi elaborado por Grupo de Trabalho composto por representantes das unidades do MJSP, e já aprovada pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Justiça e Segurança Pública – CTIC/MJSP, e, posteriormente, pela Assessoria Especial de Assuntos Legislativos – AEAL, pela Consultoria Jurídica – Conjur e pela Secretaria-Executiva – SE. Após exposição, o Secretário-Executivo, Sr. Antonio Ramirez, submeteu aos membros do CGE a aprovação da referida norma, sendo validada sem ressalvas.
7. Logo em seguida, o Sr. Rodrigo Lange trouxe alerta de segurança da informação aos presentes envolvendo mensagens de vídeo e conteúdos suspeitos. Comunicou ainda sobre as diretrizes da SE no desenvolvimento de sistemas, a fim de evitar que sistemas ultrapassem 3 anos na esteira de produção da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, impedindo que outros sistemas na fila sejam desenvolvidos. O diretor informou ainda sobre: i) oportunidade para profissionais que atuam em segurança pública com a disponibilização de 30 vagas para Mestrado Profissional em Engenharia Elétrica, promovida em parceria com a Universidade de Brasília – UnB, na área de concentração Segurança Cibernética; ii) lançamento da Carteira de Identidade Nacional, com o envolvimento de áreas do MJSP, como a DTIC e a PF; e iii) Plano de Trabalho do Programa de Privacidade e Segurança da Informação da Secretaria de Governo Digital – SGD do Ministério da Economia – ME, realizado a partir do Acórdão nº 1.8889/2020 – TCU – Plenário, que resultou em plano de ações urgentes respondido pelo MJSP em janeiro de 2022, destacando que todas as ações solicitadas pelo ME foram executadas pela Pasta. Além da DTIC, participaram das discussões e acompanhamento da execução do plano a Assessoria Especial de Controle Interno – AECI e a Ouvidora-geral.

8. A seguir, o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno – AEI, Sr. Cláudio Py, relacionado à pauta de Gerenciamento de Riscos, apresentou o andamento do 1º ciclo de monitoramento das medidas de tratamento de riscos. Tendo como referência o mês de junho de 2022, dos 281 controles mapeados, 32% já foram implementados (91), enquanto 65% se encontravam em andamento (181). Apenas 3% dos controles não foram iniciados (9 controles). Informou que o Relatório de Monitoramento foi encaminhado para análise e manifestação das unidades, via SEI, para posteriormente ser submetido à aprovação do CGE. Em relação ao Programa de Integridade, que já se encontra no 5º ciclo de monitoramento, até junho de 2022, já houve a implementação de 81% das medidas mitigadoras, representando 186 medidas concluídas, e ainda há 19% em andamento, o que corresponde a 44 medidas. O Assessor informou que a versão atualizada do Plano de Integridade do Ministério já foi encaminhada para as unidades para conhecimento e divulgação interna em 27 de julho de 2022. Por fim, quanto à Gestão de Continuidade de Negócio, o Sr. Cláudio Py comunicou que a Política de Gestão de Continuidade de Negócios se encontra em elaboração tanto pela AEI quanto pela DTIC, para compor o sistema de governança do órgão, o que implicará em alteração na Portaria nº 2, de 28 de janeiro de 2022. A proposta já foi submetida à análise das unidades, com manifestação e contribuições enviadas pelo Departamento Penitenciário Nacional – Depen, pela Senasp e pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad. A minuta já foi encaminhada para apreciação da SE, bem como para AEAL e Conjur.
9. Dando seguimento à reunião, o Secretário-Executivo adjunto, Sr. Washington Bonini, repassou informações sobre as minutas de Resoluções relacionadas às Câmaras Nacionais, sendo elas: i) Resolução das regras gerais de funcionamento das Câmaras Nacionais; ii) Resolução de criação da Câmara Nacional de Migrações; e iii) Resolução de criação da Câmara Nacional Contra a Corrupção. As minutas foram encaminhadas pela SE para análise e manifestação da AEAL e da Conjur, e posteriormente, os titulares foram consultados, a fim de ratificarem ou apresentarem proposta de eventual ajuste pontual, com respectivas justificativas. Após retorno das unidades, a Secretaria Nacional de Justiça – Senajus verificou as sugestões de alterações apresentadas e, após tratativas com os interlocutores, informou que as pendências foram saneadas e que as minutas se encontravam aptas para deliberação de instância superior. Dessa forma, após explanação, o Secretário-Executivo, Sr. Antonio Ramirez, submeteu aos membros do CGE a aprovação das referidas resoluções, sendo validadas, com a ressalva de incluir a PRF na Câmara Nacional Contra a Corrupção, a partir de solicitação da própria unidade.
10. Seguindo para o final do encontro, o Secretário-Executivo passou alguns encaminhamentos. O fluxo mensal de atualização das informações constantes no planejamento estratégico (monitoramento), realizado por meio de pontos focais, terá como prazo o dia 10 de agosto de 2022. Comunicou que, na próxima reunião do CGE, o monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 contará com as seguintes apresentações: i) AN: projeto “Fortalecimento do Arquivo Nacional digital” e indicador “Acessos às bases de dados sobre o acervo”; ii) Cade: projeto “Formulário digital de notificações de Atos de Concentração - AC” e indicador “Tempo médio de análise de Atos de Concentração pelo rito sumário”; e iii) PF: projeto “ABIS - Nacional” e indicador “Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo”. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião reforçando a participação unânime dos titulares na próxima reunião do CGE, prevista para o dia 25 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 23/08/2022, às 14:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **RICARDO BORDA D'ÁGUA DE ALMEIDA BRAGA, Usuário Externo**, em 23/08/2022, às 15:14, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13



de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE UCHOA DOS SANTOS, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 23/08/2022, às 15:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 23/08/2022, às 15:55, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 23/08/2022, às 19:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Magliano Júnior, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Substituto(a)**, em 24/08/2022, às 10:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 25/08/2022, às 17:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO RAMIREZ LORENZO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 25/08/2022, às 18:42, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Andrade Costa, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 26/08/2022, às 17:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS ALEXANDRE PAIVA FUTURO, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 30/08/2022, às 15:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ALFREDO DE SOUZA LIMA COELHO CARRIJO, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 02/09/2022, às 11:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 05/09/2022, às 11:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 08/09/2022, às 17:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAULO CARDOSO COELHO DA SILVA, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 09/09/2022, às 16:06, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RENATO MACHADO PAIM, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 12/09/2022, às 14:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CAIO RODRIGO PELLIM, Usuário Externo**, em 12/09/2022, às 17:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 13/09/2022, às 10:52, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **19177829** e o código CRC **642E2E72**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.